

KEY WORDS: Social inclusion. Human dignity. Accessibility Laws.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

A forma como a deficiência é, atualmente, conceitualizada e definida, derivou de um longo processo, resultante de diversas reformas políticas e sociais, ao longo da história da humanidade. Ao analisar a linha cronológica da história da deficiência, percebeu-se que as pessoas com deficiência passaram por diversos momentos, havendo períodos em que as crianças com deformações físico-mentais eram mortas ou abandonadas à sua sorte, até momentos em que a deficiência era tida como uma provação divina. Desse modo, o entendimento sobre a deficiência foi interpretado como um pecado, um castigo ou erro cometido pelos pais ou família. Assim, as pessoas com deficiência foram isoladas, marginalizadas e desvalorizadas pela sociedade (VEIGA, 2006).

Registra-se que o movimento de conscientização da necessidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida foi iniciado na Europa, por volta de 1902 a 1912, através da instalação e organização de instituições voltadas para preparar a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, havendo uma preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência se abrigavam, dando mostras de que as pessoas com deficiência precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

E com Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e atendimento às pessoas e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O fato é que são perceptíveis que as políticas governamentais, implantadas para garantir a inclusão do sujeito deficiente, acabaram por instituir sentidos que constituídos por funcionamentos histórico-

ideológicos do/da deficiente/deficiência, fizeram funcionar, em maior ou menor grau, uma memória que faz eco na história de rejeição, de abandono e de assistencialismo, reservado a esse público.

Parece-nos necessário compreender como o sujeito deficiente foi/é significado pela mídia brasileira, para, enfim, analisarmos os sentidos instalados pelas imagens que fazem circular sentidos para o deficiente/a deficiência, e que dizem do acesso, da relação de pertença, enfim, dos modos de sua inclusão/exclusão social.

2. AS IMAGENS

A ausência de políticas públicas governamentais de acessibilidade faz com que o sujeito deficiente cadeirante e o surdo, se constituam como o sujeito da ineficiência, da dependência, da exclusão, como será analisado nas imagens, será demonstrada a questão das cores determinando os sentidos, uma vez que, as cores instalam sentidos outros para o sujeito deficiente no social.

Assim, para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver em sociedade, construir seu espaço e marcar a sua história é necessário que ele supere as condições adversas a que é constantemente exposto e que enfrente os descasos e omissões dos governantes. A cor vermelha, marcada historicamente pelas posições revolucionárias e transformadoras, em contraste com a cor branca, remete o sujeito deficiente a uma situação de constante apelo à vida, ao futuro, a uma posição de luta. Contrariamente, cor preta, de acordo com a cromatografia política, faz rememorar o fascismo, os conservadores, a “direita” brasileira (ORLANDI, 2009), pois, historicamente associa-se à ideia de mal, de demoníaco, uma vez que contraria ou retarda o plano da evolução, desejado pelo poder divino, assim, o preto evoca, segundo Chevalier e Gheerbrant (2009), aquilo a que os hindus chamam de a *Ignorância*, a diabólica serpente-dragão das mitologias, sendo necessário ao homem vencê-la em si mesmo para assegurar sua própria metamorfose, mas, por ser a representação do mal, a

cor preta trai o homem a cada momento, sendo-lhe difícil escapar de sua simbologia.

É, pois, esse funcionamento que se coloca em visibilidade pelas imagens analisadas, pois todas fazem parte de um *discurso sobre o deficiente*, produzindo sentidos de que é assim que o sujeito deficiente se vê, se significa. O silenciamento que se produz é, conforme Orlandi (2009: 83), um silêncio constitutivo, “[...], pois uma palavra [ou imagem] apaga outras palavras”. Assim, entre o que é dito e o que não é dito, o deficiente físico e auditivo, se movem e se imobilizam nesses espaços de discriminação e de não aceitação em que ele é dito/interpretado/calado pelo outro.

Para a discussão da injunção entre o verbal e o não verbal na constituição dos sentidos sobre a deficiência/o deficiente, a partir das imagens que circularam/circulam na mídia e nas campanhas públicas sobre a pessoa com deficiência, tomamos as imagens como *acontecimentos discursivos*⁵ que instalam, por si só, sentidos para o deficiente/a deficiência.

Nesse entendimento, ativa-se uma memória discursiva, que possui, segundo Orlandi (2009: 30), características particulares quando pensada em relação ao discurso, ou seja, é tratada como interdiscurso: “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. [...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. A autora afirma que “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva, dissimulando na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. [...]. O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva” (ORLANDI, 2006: 18).

Observe a figura abaixo:

⁵ Orlandi (ano2009, p28.) define como acontecimento discursivo é acontecimento, um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.



Figura 01. Não à Discriminação. Fonte: <http://lizardcomunicacao.blogspot.com.br/>
Acessada em 15 de ago. de 2014

A marcação da letra **e**, na cor vermelha produz sentidos em relação à cor vermelha do semáforo: *pare!*

O que remete à condição da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida como alguém, que devido a alguma deficiência, torna-se uma pessoa interpelada pelas condições que a sociedade exige, ou seja, de ser alguém apto para o trabalho, produzindo efeitos de imobilidade, estagnação social para a pessoa com deficiência.

O **e** em “problema” também produz sentidos em relação à palavra exclusão. A letra “e” produz, nessas condições, sentidos através de uma memória discursiva sobre os problemas sociais, pois, na imagem analisada, não é o só o deficiente físico que sofre a discriminação social, mas também o idoso, o Presidiário, o Homossexual, etc.

A linguagem verbal (formulações) expressa a desresponsabilização do Estado e da sociedade em geral para com o sujeito deficiente, pois atribui a condição de acesso a ele próprio, assim, a autonomia e a independência de mobilidade dependem diretamente do sujeito deficiente. Esse funcionamento apaga as diferenças e desobriga o Estado a proporcionar-lhe a condição de acesso.

O funcionamento das imagens (não verbal) e das formulações (verbal) produzem efeitos de um *discurso sobre*, um discurso que cala o deficiente, que o silencia em seus desejos e necessidades, apagando seus modos distintos de relacionar-se com os espaços e a sociedade.

A mídia enquanto lugar discursivo é atravessado por discursividade dispares e de diferentes lugares sociais, de diferente posição-sujeito e de diferentes formações discursivas. Com isso o discurso

produzido nunca será o do cadeirante, mesmo que esse discurso seja apresenta formalmente como tal e mesmo quando podemos reconhecer neste discurso, saberes da pessoa com deficiência. A representação do sujeito deficiente deste o processo de segregação ao de integração, a partir desse lugar discursivo, sempre vai ser um discurso onde o discurso *do/sobre* se imbrica em sua formulação e tal imbricamento se deve ao fato de que ele é construído por um sujeito afetado por uma relação com a *língua/história* e essa relação não se encaixa com a das pessoas com deficiência. Tratando-se dum sujeito que não se inscreve em uma formação discursiva, determinada, mas que é atravessada de sentimentos, saberes e ecos de diferente formação discursiva, caracterizando-se, por conseguinte, por ser um discurso ideologicamente muito heterogêneo e carregado de contradições; Assim sendo o discurso do sujeito deficiente, ao ser reportado a este lugar, é fragmentado e heterogêneo e está sujeito a constantes distorções de ordem ideológica. A mídia coloca-se na posição de juiz, sempre alerta e sentencia e opera com maior conduta de veracidade no que concerne aos movimentos sociais.

A linguagem não verbal (cores e formato), presente na Figura 01. Não à Discriminação, permitiu-nos compreender que o que se coloca em funcionamento, pela produção de efeitos de sentido, são silenciamentos dos desejos e das vontades do sujeito deficiente/diferente, uma vez que ele é dito, é falado pelo outro. Segundo, Indursky (2011: 178) “Significam como memória discursiva, ou seja, a interpretação, o sentido já está lá, a discursividade prévia é mobilizada para interpretar essas imagens, como todo e qualquer discurso, pressupõe sentidos anteriores que são mobilizados, na qualidade de pré-construído, para interpretação de discursividade imagéticas”.

E podemos observar na frase: “Ser diferente não é problema, o problema é ser tratado diferente”, a palavra problema expressa na frase acima, faz remissão ao percurso histórico que o Brasil passou o de inclusão ao de interação, onde é perceptível o tratamento para com o sujeito deficiente o sentimento de pena, rechaço, ou seja, se inclui ao invés de inteira-lo no meio social. Segundo Foucault (1998: 80) sentencia que

“somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Vejamos a imagem abaixo:

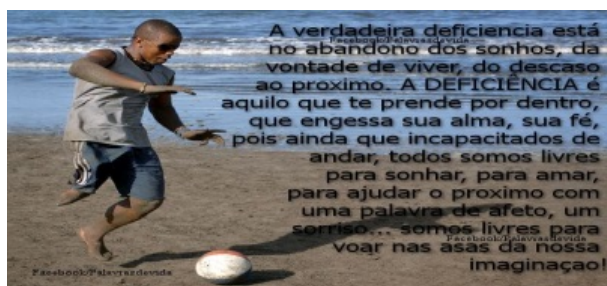


Figura 02. Inclusão Racial .Fonte: <http://lizardcomunicacao.blogspot.com.br/> Acessada em 19 de ago. de 2014.

A imagem acima coloca o sujeito em posição de liberdade absoluta, o que implica em dizer, que é a própria sociedade que o coloca em posição de excluído, lhe cortando as asas, não permitindo seu voo livre ou até mesmo o engaiolando e o tornando prisioneiro de sua própria deficiência. O que se confirma com a seguinte expressão da imagem: “Somos livres para voar, nas asas da nossa imaginação”, a linguagem verbal, vai de encontro com a amplitude de relações que o deficiente pode obter para com a sociedade, podendo ser útil, dentro de suas limitações. Podemos ainda, observar que a deficiência já não é mais física e sim puramente psicológica, que esta pressa dentro de cada ser humano e muito bem engessada.

Em análise do discurso verbal sobre a Deficiência “A verdadeira deficiência está no abandono dos sonhos, dá vontade de viver, do descaso ao próximo. A DEFICIÊNCIA é aquilo que te prende por dentro, que engessa sua alma, sua fé, pois ainda que incapacitados de andar, todos somos livres para sonhar, para amar, para ajudar o próximo com uma palavra de afeto, um sorriso... somos livres para voar nas asas da nova imaginação!” Ao mencionar a palavra DEFICIÊNCIA em maiúsculo, marca a forma de olhar o lugar de cada sujeito com deficiência, olha a deficiência em si, e não a capacidade deste sujeito, seus sonhos, suas lutas, é marcada ainda por um longo processo de discursividade carregadas de preconceitos, uma

sociedade engessada em si mesma, onde se prende com o que a condiz e olha somente o que olhos querem enxergar.

Ao analisar a Figura 02. Inclusão Racial, podemos notar que a deficiência não é só física, a cor da pele também é colocada em evidência e este sujeito é automaticamente discriminado socialmente, sendo colocado em uma relação de inferioridade perante os demais cidadãos; pois assume perante a sociedade a posição de serviçal, de traficante, de bandido, de pistoleiro, etc.; são profissões de baixo calão. Nesta direção à imagem ainda nos remete a figura de um ícone do futebol brasileiro que também é um negro o Rei Pele, que mostra que a capacidade não esta na cor da pele e nem na falta de um membro do corpo, que coloca o sujeito na posição de incapaz ou de inútil, mas sim na forma de como encarar a deficiência, a lei da superação, e não permitir que a deficiência seja uma deficiência/broqueio nas lutas diárias e incessáveis de cada sujeito deficiente.

Podemos dessa forma, afirmar que as palavras são povoadas de sentidos e essas, por sua vez, nem sempre é dito e, colocamos no silêncio muitas delas. É o silêncio que atravessa as palavras, que passa por elas ou que indica que o sentido pode ser outro, ou e que aquilo que é importante nunca se diz. Temos aí, o silêncio como *fundador* como não dito, visto no interior da linguagem. É o silêncio significante, ele tem significância própria: “na perspectiva que assumimos o silêncio na fala”. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é. (Orlandi, 1993: 33). Ainda nessa direção, encontramos o silêncio, passando não pelas palavras, mas pelo gesto significativo da coerção. Conforme Pêcheux (1975) “o gesto intervém no real do sentido”.

Para Silva (2000), a busca pela identidade implica um movimento de construção simbólica e discursiva e são, frutos de uma relação social, que possui um vínculo estreito com o poder. Assim a definição da identidade e a marcação da diferença não podem ser separadas das relações mais amplas de poder, ou seja, tanto a construção discursiva da identidade quanto da diferença não são inocentes, uma vez que elas requerem uma série de procedimentos que trazem essas noções, tais como:

inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação, puros e impuros, logo implica em dizer que “o que somos” significa também dizer” o que não somos”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte, através do nosso gesto de leitura, permitiu-nos compreender os efeitos de sentido postos em circulação por essas imagens, que, pelo processo sócio-histórico-ideológico que as instituiu, instalam sentidos para os sujeitos deficientes e para o não deficiente. A posição teórica que assumimos permite-nos produzir um gesto de interpretação que toma a instalação da imagem para a deficiência como acontecimento discursivo, ou seja, como um discurso, que produz efeitos entre locutores. Nessa direção, a Análise de Discurso possibilita dar visibilidade aos discursos colocados em funcionamento pelas imagens e suas interpretações, marcadas por diferentes posições-sujeito, permitindo compreender os efeitos de sentido que as imagens, oficialmente determinadas para a deficiência física, produzem por/para os sujeitos. O funcionamento do discurso, proposto pela Análise de Discurso, determina, nas materialidades analisadas nessa pesquisa, os processos de inclusão/exclusão social dos deficientes, que apresentam modos distintos de relacionar-se com o espaço e com a sociedade. Orlandi (2001), ao teorizar sobre as formas de o sujeito deficiente significar o seu corpo e ocupar os espaços, ressalta a ocorrência de um estranhamento social, quando um determinado território é invadido por indivíduos que são a ele estranhos, como é o caso dos portadores de deficiência. Assim, esse acontecimento inesperado de ocupação do espaço, por um corpo não autorizado por uma relação de pertença, produz sentidos que vão funcionar como protesto deste sujeito deficiente para com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABNT-NBR 9050. Norma Brasileira. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2ª ed. Brasília, 2004. Disponível em <http://acessibilidade.sigaessaideia.org.br/>. Acessado em 20/03/2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2ª ed. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acessado em 20/03/2012.

CHEVALIER, J. **Dicionário de Símbolos**. Ed. 24. Rio de Janeiro: Editora: EJO - JOSE OLYMPIO, 2009.

CROMACK, E. M. P. da C. **Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação: Atravessamentos e Implicações Sociais**. 2004. Disponível em [:<http://www.entreamigos.com.br/educacao.htm>](http://www.entreamigos.com.br/educacao.htm). Consulta em: 04 de fev. de 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

INDURSKY, F. **A representação do MST na mídia: discurso verbal e não verbal**. Leituras do político. Org. Lucília Maria Sousa Romão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MENDES, E. G. **A educação inclusiva e a universidade brasileira**. Disponível em <http://www.fundaciononce.es>. Acessado em 17/10/2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

PÊCHEUX, M. "Discurso e ideologia". In: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (trad.) Eni Orlandi. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. "Papel da Memória". In: **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999.